

Cachoeiro de Itapemirim, 24 de maio de 2022

Comunicado: 012/2022

## NOTIFICAÇÕES DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Às Empresas dos Setor de Rochas Ornamentais do Estado do Espírito Santo,

O Ministério do Trabalho está desenvolvendo alguns projetos de Notificação Coletiva e o SETOR DE ROCHAS no Espírito Santo é um dos que integram as ações envolvidas nos mesmos. Foram emitidas notificações voltadas para a preservação da saúde e segurança no ambiente de trabalho nas atividades de extração, beneficiamento e comércio de mármore e granitos. As correspondências foram encaminhadas pelos correios (via postal).

Foram elaborados pelo Ministério do Trabalho dois modelos padrão de notificação, cujos termos encontram-se nos anexos I e II ao presente comunicado.

Orientamos para que todas as empresas avaliem os termos das notificações, tenham ou não sido recebidas e, na sequência, revisitem seus processos, procedimentos e registros internos com vistas a verificar o cumprimento do que é apresentado na notificação.

Não há, pelo que fomos informados pelo Ministério do Trabalho, a necessidade, neste momento, de envio de nenhum documento ao Ministério do Trabalho para comprovação da regularidade. A verificação se dará oportunamente por Auditor-Fiscal do Trabalho, quando em fiscalização.

Além da relevância natural do tema, o envio das notificações pelo Ministério do Trabalho e Previdência, **reforça a relevância da participação na live** que será realizada pelo Sindirochas, com apoio do Sesi/ES e Sebrae/ES, no próximo dia 26/maio, às 10 horas, para lançamento do trabalho a ser realizado junto às empresas do setor com vistas ao desenvolvimento do “Diagnóstico de Segurança do Setor de Rochas Ornamentais”.

As inscrições para a live podem ser feitas através do link: <https://bit.ly/3s0BtC7>.

Atenciosamente,



## NOTIFICAÇÃO ESPECIAL SETORIAL N.º ||

Empregador:	
Endereço:	
CEP:	CNPJ:

Em atenção ao disposto no art. 627 da CLT e ao art. 23 do Decreto nº 4.552/02, encaminhamos, em anexo, a presente NOTIFICAÇÃO ESPECIAL SETORIAL. Sem prejuízo do dever de atender as demais exigências previstas na legislação trabalhista, **NOTIFICAMOS** o empregador qualificado na presente notificação para cumprir as exigências trabalhistas discriminadas com o objetivo do saneamento de irregularidades trabalhistas e prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho. Cabe ao empregador cumprir os itens notificados, quando pertinentes ao seu ambiente de trabalho. **O não cumprimento desta Notificação** sujeitará a empresa à autuação na forma da lei.

ITEM	DESCRIÇÃO	ANEXO I NR-11
1.	Os equipamentos utilizados na movimentação, armazenagem e manuseio de chapas de rochas ornamentais devem ser calculados e construídos de maneira que ofereçam as necessárias garantias de resistência e segurança e conservados em perfeitas condições de trabalho. Em todo equipamento deve ser indicado, em lugar visível, a sua identificação, carga máxima de trabalho permitida, nome e CNPJ do fabricante e responsável técnico. Carros porta-blocos e fueiros podem ser identificados somente com número próprio e carga máxima de trabalho permitida.	1.2 1.2.1 1.2.1.2
2.	A empresa deve manter registro, em meio físico ou eletrônico, de inspeção periódica e de manutenção dos equipamentos e elementos de sustentação utilizados na movimentação, armazenagem e manuseio de chapas de rochas ornamentais. Após a inspeção do equipamento ou elemento de sustentação, deve ser emitido “Relatório de Inspeção”, com periodicidade anual, elaborado por profissional legalmente habilitado com ART - Anotação de Responsabilidade Técnica - recolhida, que passa a fazer parte da documentação do equipamento.	1.3 1.3.1
3.	A empresa deve manter no estabelecimento nota fiscal do equipamento adquirido ou, no caso de fabricação própria, os projetos, laudos, cálculos e as especificações técnicas.	1.3.3
4.	Os cavaletes devem estar instalados sobre bases construídas de material resistente e impermeável, de forma a garantir perfeitas condições de estabilidade e de posicionamento, observando-se os seguintes requisitos: a) os cavaletes devem garantir adequado apoio das chapas e possuir altura mínima de um metro e cinquenta centímetros (1,5m); b) os cavaletes verticais devem ser compostos de seções com largura máxima de vinte e cinco centímetros (0,25m); c) os palitos dos cavaletes verticais devem ter espessura que possibilite resistência aos esforços das cargas usuais e ajustados ou soldados em sua base, garantindo a estabilidade; d) cada cavalete vertical deve ter no máximo seis metros de comprimento, sendo que as peças das extremidades devem possuir maior resistência; e) deve ser garantido um espaço, devidamente sinalizado, com no mínimo oitenta centímetros entre os extremos e as laterais dos cavaletes; f) a distância entre cavaletes e as paredes do local de armazenagem deve ser de no mínimo cinquenta centímetros (0,5m); g) a área principal de circulação de pessoas deve ser demarcada e possuir no mínimo um metro e vinte centímetros de largura (1,20m); h) os cavaletes devem ser mantidos em perfeitas condições de uso: pintados, sem corrosão e sem danos à sua estrutura; i) é proibido o uso de prolongadores a fim de ampliar a capacidade de armazenamento dos cavaletes em formato triangular; j) as atividades de retirada e colocação de chapas em cavaletes	2.4



	devem ser realizadas obrigatoriamente com pelo menos um trabalhador em cada extremidade da chapa; k) cada par de cavaletes deve possuir sistema de travamento ou amarração entre si a fim de garantir a estabilidade do equipamento.	
5.	O carro porta-blocos e o carro transportador devem dispor de proteção das partes que ofereçam risco, com atenção especial aos cabos de aço, ganchos, roldanas, rodas do carro, polias, correias, engrenagens, acoplamentos e partes elétricas. Nenhum trabalho pode ser executado com pessoas entre as chapas. É proibida a retirada de chapas de um único lado do carro porta-blocos, com objetivo de manter a sua estabilidade. A operação do carro transportador e do carro porta-bloco deve ser realizada por, no mínimo, duas pessoas capacitadas.	2.2
6.	As proteções laterais ("L" ou Fueiros) devem possuir sistema de trava que impeça a sua saída accidental dos encaixes do carro porta-bloco. O carro porta-bloco deve possuir no mínimo duas guias para evitar o deslocamento lateral do "L". Deve-se instalar a proteção lateral ("L" ou Fueiro) no carro porta-bloco previamente à retirada do sistema de sustentação do equipamento de elevação das frações de bloco ("enteras"). A retirada das proteções laterais ("L" ou Fueiros) somente poderá ser realizada dentro do alojamento do tear. Os blocos serrados, ainda sobre o carro porta-bloco e dentro do alojamento do tear, devem possuir ou receber, no mínimo, três proteções laterais ("L" ou Fueiros) de cada lado, para impedir a queda das chapas. As proteções laterais ("L" ou Fueiros) devem ser mantidas até a retirada de todas as chapas.	2.1
7.	O equipamento para movimentação de chapas fracionadas de rochas ornamentais deve possuir no mínimo três rodas, resistência, estabilidade e facilidade de mobilidade, identificação de capacidade máxima de carga e ser compatível com as cargas. As cargas de chapas fracionadas devem estar devidamente amarradas à estrutura do equipamento.	3.3 3.3.1
8.	A empresa deve destinar área específica de carga e descarga de chapas, com sinalização horizontal e vertical. O espaço destinado à carga e descarga de materiais e o acesso ao veículo de carga devem oferecer condições para que a operação se realize com segurança.	4.1 4.1.1
9.	O interior de contêineres deve possuir iluminação natural ou artificial. Os trabalhos no interior de contêineres devem ser realizados com equipamentos e meios de acesso seguros e adequados à natureza das atividades. É proibida a permanência de trabalhadores no interior de contêineres durante a entrada da carga. A retirada da amarração da carga no contêiner só poderá ser realizada após a estabilização e fixação primária da carga.	4.4 4.5 4.6 4.7
10.	A movimentação, manuseio e armazenagem de chapas de rochas ornamentais somente podem ser realizadas por trabalhador capacitado e autorizado pelo empregador. A capacitação deve ocorrer após a admissão do trabalhador, dentro dos horários normais de trabalho e ser custeada integralmente pelo empregador. A capacitação para movimentação, manuseio e armazenagem de chapas de rochas ornamentais deve atender ao conteúdo programático e carga horária conforme item 5.7 do anexo I da NR-11. Deve ser realizada nova capacitação a cada três anos, com carga horária mínima de dezesseis horas, sendo oito horas com conteúdo do Módulo I e oito horas do Módulo III, referidos no item 5.7 do anexo I da NR-11.	5.1 5.2 5.4 5.5
11.	São proibidos o armazenamento e a disposição de chapas em paredes, colunas, estruturas metálicas ou outros locais que não sejam os cavaletes especificados no anexo I da NR-11.	6.2
12.	A máquina de corte de fio diamantado, o monofio e o multifio devem ter as respectivas áreas de corte e percurso do fio diamantado isoladas e sinalizadas.	6.3
13.	Nos locais do pátio onde for realizada a movimentação e armazenagem de chapas, devem ser observados os seguintes critérios: a) o piso deve ser pavimentado, não ser escorregadio, não ter saliências, ser nivelado e com resistência suficiente para suportar as cargas usuais; b) a área de armazenagem de chapas deve ser protegida contra intempéries	2.3.1



14.	A movimentação de chapas com uso de garras só pode ser realizada pegando-se uma chapa por vez. 2.6.4 As chapas movimentadas com uso de carro de transferência devem possuir amarração com cintas ou material de resistência equivalente.	2.6.3 2.6.4
15.	Na movimentação de chapas com o uso de ventosas, devem ser observados os seguintes requisitos mínimos: a) a válvula direcional das ventosas deve ter acesso e localização facilitados ao operador, respeitando-se a postura e a segurança do operador; b) as ventosas devem ser dotadas de dispositivo auxiliar que garanta a contenção da mangueira, evitando seu ricocheteamento em caso de desprendimento acidental; c) as mangueiras devem estar protegidas, firmemente presas aos tubos de saída e de entrada e afastadas das vias de circulação; d) as borrachas das ventosas devem ter manutenção periódica e imediata substituição em caso de desgaste, defeitos ou descolamento; e) procedimentos de segurança a serem adotados para garantir a movimentação segura de chapas em caso de falta de energia elétrica. 2.5.2 As ventosas com vácuo gerado por equipamento elétrico devem possuir alarme sonoro e visual que indique pressão fora dos limites de segurança estabelecidos.	2.5.1 2.5.2
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>NR-01</b>
16.	A organização deve implementar, por estabelecimento, o gerenciamento de riscos ocupacionais em suas atividades. O gerenciamento de riscos ocupacionais deve constituir um Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, contendo todas as exigências previstas na NR-01.	1.5.3.1 1.5.3.1.1
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>NR-05</b>
17.	As organizações e os órgãos públicos da administração direta e indireta, bem como os órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, devem constituir e manter CIPA.	5.2.1
18.	Quando o estabelecimento não se enquadrar no disposto no Quadro I e não for atendido por SESMT, nos termos da Norma Regulamentadora nº 4 (NR-4), a organização nomeará um representante da organização entre seus empregados para auxiliar na execução das ações de prevenção em segurança e saúde no trabalho, podendo ser adotados mecanismos de participação dos empregados, por meio de negociação coletiva.	5.4.13
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>NR-06</b>
19.	A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, nas seguintes circunstâncias: a) sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes do trabalho ou de doenças profissionais e do trabalho; b) enquanto as medidas de proteção coletiva estiverem sendo implantadas e c) para atender a situações de emergência.	6.3
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>NR-07</b>
20.	Deve ser elaborado e implementado o PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), conforme as diretrizes estabelecidas na NR-07, sendo obrigatória a realização dos exames médicos: a) admissional; b) periódico; c) de retorno ao trabalho; d) de mudança de riscos ocupacionais; e) demissional.	7.1.1 7.4.1 7.5.6
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>NR-08</b>
21.	Deverão ser protegidas todas as aberturas no piso do estabelecimento, que apresentem risco de queda de pessoas, a exemplo das docas e poços de decantação de resíduos.	8.3.2
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>NR-10</b>
22.	As instalações elétricas devem ser construídas, montadas, operadas, reformadas, ampliadas, reparadas e inspecionadas de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores e dos usuários, e serem supervisionadas por profissional autorizado, conforme dispõe a NR10.	10.4.1
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>NR-12</b>



23.	As zonas de perigo das máquinas e equipamentos devem possuir sistemas de segurança, caracterizados por proteções fixas, proteções móveis e dispositivos de segurança interligados, que resguardecem proteção à saúde e à integridade física dos trabalhadores.	12.5.1
24.	Os circuitos elétricos de comando e potência das máquinas e equipamentos devem ser projetados e mantidos de modo a prevenir, por meios seguros, os perigos de choque elétrico, incêndio, explosão e outros tipos de acidentes. Devem ser aterradas, conforme as normas técnicas oficiais vigentes, as carcaças, invólucros, blindagens ou partes condutoras das máquinas e equipamentos que não façam parte dos circuitos elétricos, mas que possam ficar sob tensão.	12.3.1 12.3.2
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>NR-15</b>
25.	As máquinas e ferramentas utilizadas nos processos de corte e acabamento de rochas ornamentais devem ser dotadas de sistema de umidificação capaz de minimizar ou eliminar a geração de poeira decorrente de seu funcionamento	Anexo 12 Sílica Item 8
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>NR-24</b>
26.	Todo estabelecimento deve ser dotado de a) instalação sanitária constituída por bacia sanitária sifonada, dotada de assento com tampo, e por lavatório; b) vestiário, com chuveiros, armários individuais e assentos e c) local de refeições. Devem ser observadas todas as condições estabelecidas na NR-24 para cada obrigação.	24.2 24.4 24.5

**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

**a) Concede-se o prazo de 60 (sessenta) dias para cumprimento desta Notificação**, contados a partir do seu recebimento. Ao notificado é facultado requerer aumento do prazo mediante **requerimento próprio**.

**b) O requerimento próprio de dilação de prazos** deverá indicar um ou mais itens, bem como a sugestão de novos prazos e respectivos motivos técnicos relevantes/justificadores de cada pedido e deve ser remetido à autoridade competente da unidade descentralizada do Ministério em sua regional (vide endereço no rodapé), até no máximo **10 (dez) dias contados do recebimento dessa Notificação**.

**c) Os prazos concedidos não se aplicarão** aos itens que se encontrem sob fiscalização no momento do recebimento da presente Notificação, bem como para situações de grave e iminente risco identificadas por Auditor-Fiscal do Trabalho em inspeção ao estabelecimento.

**d) Consideram-se, desde já, orientadas** as microempresas e empresas de pequeno porte enquadradas no Simples Nacional, em atendimento ao Art. 55 da Lei Complementar 123/2006. Ademais, o recebimento, pelo administrado, da Notificação Especial Setorial constitui orientação e advertência para efeito de cumprimento do critério de dupla visita, em relação aos itens constantes do referido instrumento

**e) Devem ser garantidas as mesmas** condições de segurança, higiene e salubridade aos empregados da notificada e aos prestadores de serviços que laborem nas dependências da empresa tomadora dos serviços e a empresa contratante pode ser responsabilizada empresa terceirizada contratada não as cumpra, por força do artigo 4º-C e 5º-A, §3º, da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, com a redação conferida pela Lei nº 13.429/2017.

**Vitória/ES, xx de maio de 2022.**

**ATENÇÃO: A comprovação da regularização integral** dos itens notificados, bem como eventuais pedidos de esclarecimentos, poderão ser requeridos oportunamente por Auditor-Fiscal do Trabalho, quando em fiscalização. A não



Ministério do Trabalho e Previdência

prestação de esclarecimentos necessários, ou a não exibição de documentos, quando exigidos por Auditor-Fiscal do Trabalho, configurará resistência e/ou embaraço à fiscalização.

Atenciosamente,

**Coordenação do Projeto de Extração e Beneficiamento de Rochas Ornamentais no Espírito Santo**





## NOTIFICAÇÃO ESPECIAL SETORIAL N.º ||

Empregador:	
Endereço:	
CEP:	CNPJ:

Em atenção ao disposto no art. 627 da CLT e ao art. 23 do Decreto nº 4.552/02, encaminhamos, em anexo, a presente NOTIFICAÇÃO ESPECIAL SETORIAL. Sem prejuízo do dever de atender as demais exigências previstas na legislação trabalhista, **NOTIFICAMOS** o empregador qualificado na presente notificação para cumprir as exigências trabalhistas discriminadas com o objetivo do saneamento de irregularidades trabalhistas e prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho. Cabe ao empregador cumprir os itens notificados, quando pertinentes ao seu ambiente de trabalho. **O não cumprimento desta Notificação** sujeitará a empresa à autuação na forma da lei.

ITEM	DESCRIÇÃO	NR-22
1.	A empresa ou Permissionário de Lavra Garimpeira adotará as medidas necessárias para que: a) os locais de trabalho sejam concebidos, construídos, equipados, utilizados e mantidos de forma que os trabalhadores possam desempenhar as funções que lhes forem confiadas, eliminando ou reduzindo ao mínimo, praticável e factível, os riscos para sua segurança e saúde (incluem-se aqui as exigências de proteção da periferia das bancadas, contra queda de pessoas); b) os postos de trabalho sejam projetados e instalados segundo princípios ergonômicos.	22.6.1
2.	Cabe à empresa ou Permissionário de Lavra Garimpeira elaborar e implementar o Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR, contemplando TODOS os aspectos da NR-22.	22.3.7
3.	A empresa ou Permissionário de Lavra Garimpeira deve registrar, por meio de livro ou fichas próprias, as atividades de supervisão técnica da mina, efetuadas pelo Profissional Legalmente Habilitado, bem como suas observações e intervenções propostas e realizadas, que devem ficar no estabelecimento à disposição dos órgãos fiscalizadores.	22.3.3.1
4.	No caso de utilização de equipamentos de guindar de lança fixa, devem ser obedecidos os requisitos mínimos constantes no Anexo III da NR-22.	22.12.4.1
5.	A empresa de mineração ou Permissionário de Lavra Garimpeira que admita trabalhadores como empregados deve organizar e manter em regular funcionamento, na forma prevista na NR-22, em cada estabelecimento, uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, doravante denominada CIPA na Mineração - CIPAMIN.	22.36.1
6.	A empresa ou Permissionário de Lavra Garimpeira deve proporcionar aos trabalhadores treinamento, qualificação, informações, instruções e reciclagem necessárias para preservação da sua segurança e saúde, levando-se em consideração o grau de risco e natureza das operações.	22.35.1

**ANEXO II – COMUNICADO SINDIROCHAS**

Ministério do Trabalho e Previdência

7.	O treinamento admissional para os trabalhadores, que desenvolverão atividades no setor de mineração ou daqueles transferidos da superfície para o subsolo ou vice-versa, abordará, no mínimo, os seguintes tópicos: treinamento introdutório geral com reconhecimento do ambiente de trabalho; treinamento específico na função e orientação em serviço. OBSERVAR, quando da realização do treinamento, a carga horária, o público alvo e o conteúdo programático requerido pela Norma.	22.35.1.1
8.	Toda mina deve possuir plano de trânsito estabelecendo regras de preferência de movimentação e distâncias mínimas entre máquinas, equipamentos e veículos compatíveis com a segurança, e velocidades permitidas, de acordo com as condições das pistas de rolamento.	22.7.1
9.	Equipamentos de transporte sobre pneus, de materiais e pessoas, devem possuir, em bom estado de conservação e funcionamento, faróis, luz e sinal sonoro de ré acoplado ao sistema de câmbio de marchas, buzina e sinal de indicação de mudança do sentido de deslocamento e espelhos retrovisores, além de serem operados apenas por trabalhadores qualificados e possuírem placa de capacidade e velocidade.	22.7.3 22.7.4 22.7.5
10.	O transporte em minas a céu aberto deve obedecer aos seguintes requisitos mínimos: a) os limites externos das bancadas utilizadas como estradas devem estar demarcados e sinalizados de forma visível durante o dia e à noite; b) a largura mínima das vias de trânsito, deve ser duas vezes maior que a largura do maior veículo utilizado, no caso de pista simples, e três vezes, para pistas duplas e c) nas laterais das bancadas ou estradas onde houver riscos de quedas de veículos devem ser construídas leiras com altura mínima correspondente à metade do diâmetro do maior pneu de veículo que por elas trafegue.	22.7.6
11.	As instalações e serviços de eletricidade devem ser projetados, executados, operados, mantidos, reformados e ampliados, de forma a permitir a adequada distribuição de energia e isolamento, correta proteção contra fugas de corrente, curtos-circuitos, choques elétricos e outros riscos decorrentes do uso de energia elétrica.	22.20.2
12.	A empresa ou Permissionário de Lavra Garimpeira deve adotar procedimentos técnicos, de forma a controlar a estabilidade do maciço, observando-se critérios de engenharia, incluindo ações para: a) monitorar o movimento dos estratos; b) tratar de forma adequada o teto e as paredes dos locais de trabalho e de circulação de pessoal; c) monitorar e controlar as bancadas e taludes das minas a céu aberto; d) verificar o impacto sobre a estabilidade de áreas anteriormente lavradas e e) verificar a presença de fatores condicionantes de instabilidade dos maciços, em especial, água, gases, rochas alteradas, falhas e fraturas.	22.14.2
13.	Nas instalações de desmonte que funcionem com pressões de água acima de três quilogramas por centímetro quadrado devem ser observados os seguintes requisitos adicionais: a) os tubos, as conexões e os suportes das tubulações de pressão devem ser apropriados para estas finalidades e	22.23.4 alínea a



**ANEXO II – COMUNICADO SINDIROCHAS**

Ministério do Trabalho e Previdência

	dotados de dispositivo que impeça o chicocheteamento da mangueira em caso de desengate accidental.	
14.	As mangueiras e conexões de alimentação de equipamentos pneumáticos devem possuir as seguintes características: a) permanecer protegidas, firmemente presas aos tubos de saída e entradas e, preferencialmente, afastadas das vias de circulação e b) serem dotadas de dispositivo auxiliar, que garanta a contenção da mangueira, evitando seu ricocheteamento, em caso de desprendimento accidental	22.11.15
15.	Nos locais onde haja geração de poeiras na superfície ou no subsolo, a empresa ou Permissionário de Lavra Garimpeira deverá realizar o monitoramento periódico da exposição dos trabalhadores, através de grupos homogêneos de exposição e das medidas de controle adotadas, com o registro dos dados observando-se, no mínimo, o Quadro I da NR-22.	22.17.1
16.	Os equipamentos geradores de poeira com exposição dos trabalhadores devem utilizar dispositivos para sua eliminação ou redução e ser mantidos em condições operacionais de uso.	22.17.4
17.	As operações de perfuração ou corte devem ser realizados por processos umidificados para evitar a dispersão da poeira no ambiente de trabalho.	22.17.3.1
18.	Vias de acesso, de trânsito e outras aberturas com inclinações maiores que trinta e cinco graus devem ser protegidas, a fim de neutralizar deslizamentos e evitar quedas de objetos e pessoas	22.15.11
19.	É obrigatória a estabilização ou remoção, até uma distância adequada, de material com risco de queda das cristas da bancada superior.	22.14.6
20.	Todos os pontos de transmissão de força, de rolos de cauda e de desvio dos transportadores contínuos, devem ser protegidos com grades de segurança ou outro mecanismo que impeça o contato accidental.	22.8.8
21.	As vias de circulação e acesso das minas devem ser sinalizadas de modo adequado, para a segurança dos trabalhadores.	22.19.1
22.	Em cada mina, onde seja necessário o desmonte de rocha com uso de explosivos, deve estar disponível plano de fogo, no qual conste: a) disposição e profundidade dos furos; b) quantidade de explosivos; c) tipos de explosivos e acessórios utilizados; d) seqüência das detonações; e) razão de carregamento; f) volume desmontado e g) tempo mínimo de retorno após a detonação.	22.21.3
23.	A localização, construção, armazenagem e manutenção dos depósitos principais e secundários de explosivos e acessórios devem estar de acordo com a regulamentação vigente, do Ministério da Defesa.	22.21.5
24.	As condições de conforto e higiene nos locais de trabalho serão aquelas estabelecidas na Norma Regulamentadora n.º 24 - Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho.	22.37.3

**ANEXO II – COMUNICADO SINDIROCHAS**

Ministério do Trabalho e Previdência

25.	Nos locais e postos de trabalho será fornecida aos trabalhadores água potável em condições de higiene.	22.37.4
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>NR-07</b>
26.	Deve ser elaborado e implementado o PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), de acordo com as diretrizes estabelecidas na NR-07.	7.1.1
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>NR-12</b>
27.	As zonas de perigo das máquinas e equipamentos devem possuir sistemas de segurança, caracterizados por proteções fixas, proteções móveis e dispositivos de segurança interligados, que resguardem proteção à saúde e à integridade física dos trabalhadores.	12.5.1
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>NR-13</b>
28.	Todo vaso de pressão deve possuir, no estabelecimento onde estiver instalado, a seguinte documentação devidamente atualizada: a) prontuário do vaso de pressão; b) registro de segurança; c) projeto de alteração ou reparo; d) relatórios de inspeção e e) certificados de calibração dos dispositivos de segurança. Esses documentos devem estar em conformidade com as disposições previstas na NR-13.	13.5.1.6
29.	Os vasos de pressão devem ser dotados, no mínimo, dos seguintes itens: a) válvula de segurança ou outro dispositivo de segurança com pressão de abertura ajustada em valor igual ou inferior à PMTA e b) instrumento que indique a pressão de operação, instalado diretamente no vaso ou no sistema que o contenha.	13.5.1.3
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>NR-35</b>
30.	Cabe ao empregador: a) garantir a implementação das medidas de proteção estabelecidas na NR-35.	35.2.1
31.	Considera-se trabalhador capacitado para trabalho em altura aquele que foi submetido e aprovado em treinamento, teórico e prático, com carga horária mínima de oito horas, com o conteúdo programático mínimo estabelecido na NR-35.	35.3.2

**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

**a) Concede-se o prazo de 60 (sessenta) dias para cumprimento desta Notificação**, contados a partir do seu recebimento. Ao notificado é facultado requerer aumento do prazo mediante **requerimento próprio**.

**b) O requerimento próprio de dilação de prazos** deverá indicar um ou mais itens, bem como a sugestão de novos prazos e respectivos motivos técnicos relevantes/justificadores de cada pedido e deve ser remetido à autoridade competente da unidade descentralizada do Ministério em sua regional (vide endereço no rodapé), até no máximo **10 (dez) dias contados do recebimento dessa Notificação**.

*Superintendência Regional do Trabalho no Espírito Santo  
Rua Pietrângelo de Biase, 56, Centro, Vitória/ES, CEP: 29.010-190  
(antiga sede da Receita Federal)*



**c) Os prazos concedidos não se aplicarão** aos itens que se encontrem sob fiscalização no momento do recebimento da presente Notificação, bem como para situações de grave e iminente risco identificadas por Auditor-Fiscal do Trabalho em inspeção ao estabelecimento.

**d) Consideram-se, desde já, orientadas** as microempresas e empresas de pequeno porte enquadradas no Simples Nacional, em atendimento ao Art. 55 da Lei Complementar 123/2006. Ademais, o recebimento, pelo administrado, da Notificação Especial Setorial constitui orientação e advertência para efeito de cumprimento do critério de dupla visita, em relação aos itens constantes do referido instrumento

**e) Devem ser garantidas as mesmas** condições de segurança, higiene e salubridade aos empregados da notificada e aos prestadores de serviços que laborem nas dependências da empresa tomadora dos serviços e a empresa contratante pode ser responsabilizada empresa terceirizada contratada não as cumpra, por força do artigo 4º-C e 5º-A, §3º, da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, com a redação conferida pela Lei nº 13.429/2017.

**Vitória/ES, xx de maio de 2022.**

**ATENÇÃO: A comprovação da regularização integral** dos itens notificados, bem como eventuais pedidos de esclarecimentos, poderão ser requeridos oportunamente por Auditor-Fiscal do Trabalho, quando em fiscalização. A não prestação de esclarecimentos necessários, ou a não exibição de documentos, quando exigidos por Auditor-Fiscal do Trabalho, configurará resistência e/ou embaraço à fiscalização.

Atenciosamente,

**Coordenação do Projeto de Extração e Beneficiamento de Rochas Ornamentais no Espírito Santo**